

# EDUCAÇÃO DO CAMPO E UNIVERSIDADE: AVALIANDO PRÁTICAS DE PARCERIA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES<sup>1</sup>

Erineu Foerste<sup>2</sup>

**Resumo:** O trabalho avalia aspectos sobre educação do campo e formação de professores. O direito da educação pública de qualidade em todos os níveis foi negado historicamente aos camponeses. Parceria entre comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pomeranos, assentamentos de reforma agrária, agricultores familiares em geral etc.), poder público (Secretarias Municipais de Educação articuladas através da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME; Secretaria de Estado de Educação, Ministério da Educação), universidade e movimentos sociais fortalecem abordagens teóricas e metodológicas na perspectiva dos diálogos e práticas interculturais. Colaboração e diálogo (Bahktin: 1991; Freire: 1978 e 1996) valorizam povos, territórios tradicionais e saberes da terra na construção do projeto político e pedagógico da educação do campo.

**Palavras-chave:** Educação do campo; parceria; interculturalidade; formação de professores.

## Considerações iniciais

O acesso do filho do trabalhador à escola é uma prática social negada. Falta de escolas, frágil formação docente, precárias instalações, enfim inexistência de políticas públicas de educação de qualidade para todos são questões que criticadas na história da educação deste país, quando falamos da formação do trabalhador. Nos quinhentos anos de exploração da terra e de seus trabalhadores em nosso país e América Latina muitos foram os enfrentamentos, por vezes sangrentos, que buscavam transformar esta realidade. Mesmo com as lutas dos movimentos sociais como o Movimento Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pomeranos etc.), entre outros, neste início de século XXI, a escola camponesa não é ainda uma conquista plena.

Um ponto de partida pode ser a afirmação de que educação do campo como prática pedagógica dos trabalhadores rurais constitui-se como prática educativa de humanização, conforme discutido por Paulo Freire (1978 e 1996). Dá-se centralidade às lutas do homem do campo, como sujeito de direitos, no processo de humanização da terra e das

---

<sup>1</sup> A produção deste texto foi possível graças à colaboração do Grupo de Pesquisa “Culturas, Parceria e Educação do Campo” (registrado no CNPq) da Universidade Federal do Espírito Santo.

<sup>2</sup> Professor Associado da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Membro do Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UFES. E-mail: [erineufoerste@yahoo.com.br](mailto:erineufoerste@yahoo.com.br)

peças no mundo. Em especial, neste momento específico de reordenamento do capitalismo internacional, volta-se à superação do quadro de perverso abandono e precariedade histórica da educação escolar em contextos camponeses. A educação do campo produz-se como construção coletiva e se concretiza no esforço de práticas colaborativas e diálogo entre universidade e comunidades tradicionais. Entende-se por “educação do campo” a práxis que articula a relação dos sujeitos coletivos com a terra de modo que a prática educativa camponesa constitui-se como formação que cultiva cada um e a todos, sem dicotomizar a relação sujeito-mundo do trabalho. Saberes da terra e saberes acadêmicos ressignificam-se na perspectiva do diálogo intercultural.

### **Parceria e abordagem qualitativa em educação**

Tomando o exposto, o presente artigo analisa a partir de uma abordagem qualitativa de práticas educativas (Flick: 2010; Bohnsack: 2003; Fichtner: 2003) desenvolvidas através da Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, o “Programa Educação do Campo”. O projeto piloto “Formação Continuada de Professores do Campo: Interculturalidade e Camponato em Processos Educativos”, realizado a partir de 2005 em colaboração com professores do campo de três municípios (Domingos Martins, Laranja da Terra e Vila Pavão)<sup>3</sup>, Secretaria de Estado de Educação do Espírito Santo e movimentos sociais, fundamenta-se no conceito de parceria (Foerste: 2002 e 2005; Foerste e Lüdke: 2003), como princípio necessário na busca de possibilidades de superação das condições diagnosticadas em diversos contextos sociais onde se desenvolvem práticas concretas de educação do campo.

A prática da parceria na formação de professores encontra um terreno favorável para se difundir enquanto uma política pública, considerando-se as grandes transformações econômicas e políticas na virada do milênio. A necessidade de se repensar pressupostos que servem de sustentáculo ao processo de formação docente é um dos pontos bastante consensuais.

Mais recentemente, tanto nos órgãos da administração pública, como entre o professorado e no meio acadêmico, parceria é usada como uma prática emergente de

---

<sup>3</sup> Nestes municípios há presença predominante de comunidades pomeranas, com base econômica na agricultura familiar.

colaboração, cooperação, partilha de compromissos e responsabilidades etc. Nem sempre esses sujeitos sociais e institucionais estão compreendendo essa prática da mesma forma.

A diversidade de termos e significados associados à parceria deve ser considerada um aspecto relevante, merecendo maiores cuidados, face às questões de poder envolvidas na problemática. Os embates estabelecidos entre o governo e o professorado a partir das reformas oficiais de caráter neoliberal estão mostrando um dado que não deveria ser desprezado: quanto mais clareza terminológica e conceptual dispuserem os profissionais do ensino, a academia e movimentos sociais, tanto mais aumenta sua capacidade de argumentar e negociar com os órgãos da administração educacional. Estudos mostram que práticas de parceria na formação de profissionais do ensino básico estão carregadas de funções decisivas na implementação de políticas oficiais em educação, nem sempre garantindo os direitos dos educadores nas suas lutas por um maior reconhecimento e valorização social dos docentes.

Esta prática social apresenta uma configuração complexa marcada por contradições, cujas contribuições para o debate pela reformulação dos cursos de licenciatura e formação de professores de modo geral na universidade não podem ser desconsideradas hoje. Assim, nosso grupo de pesquisa “Culturas, Parceria e educação do campo” coloca como objetivos centrais levantar e analisar produções acadêmicas sobre a problemática em discussão, com o desafio de estimular a construção de linhas de pesquisas no processo de formação inicial e continuada de professores que investiguem em nosso país questões relacionadas a essa tão desafiadora e atual temática. Simultaneamente, investigam-se práticas pedagógicas concretas de educação do campo, sobretudo no ES. Acumulamos estudos que reportam os processos de pesquisa sobre a problemática em tela, isto é, parceria na formação do magistério, no contexto brasileiro nos anos 50 e 60, quando foram implementados os primeiros programas interinstitucionais na qualificação de profissionais para o ensino, denominados por nós de *protoparcerias*, como foi o caso do Programa de Assistência Brasileiro-Americana ao Ensino Elementar – PABAEE (Foerste: 2002). Ao mesmo tempo investigamos uma das experiências mais desenvolvidas e bem sucedidas de articulação interinstitucional na formação de professores para a educação básica ao longo das últimas décadas (Foerste: 2002 e 2005; Foerste e Lüdke: 2003).

Tomado este referencial teórico-prático, enquanto objeto de estudo, é possível afirmar que a colaboração entre profissionais da educação básica, das equipes da academia e

movimentos sociais envolvidos com processos de socialização profissional de professores caracteriza-se como uma das alternativas concretas para fazer face ao movimento por uma maior valorização do trabalho docente, favorecendo a construção da sua autonomia e identidade profissional, com vistas à consolidação da construção coletiva de uma escola pública de qualidade para todos. A parceria tem ajudado, portanto, nas lutas pela organização de espaços coletivos de interlocução do magistério, buscando reduzir barreiras entre pesquisadores da educação, professorado do ensino básico e sociedade em geral, sobretudo com setores (movimentos sociais) que explicitam resistência ao projeto hegemônico de desenvolvimento do capitalismo internacional. Ao mesmo tempo a parceria tem contribuído para validar a ação reflexiva no trabalho docente, enquanto prática desenvolvida de forma partilhada entre escola básica (gestores da educação e profissionais do ensino), universidade e movimentos sociais. Todavia há que se considerar uma tendência internacional de apropriação por parte do poder público do discurso da profissionalização do ensino para legitimar reformas educacionais (Tardif *et al.*: 2001) que nem sempre estão resultando numa efetiva valorização do trabalho docente e fortalecimento da escola pública.

Do ponto de vista do debate acadêmico, as abordagens tradicionais na formação inicial e continuada, com hipertrofia do saber acadêmico, sobejamente discutidas e criticadas no meio educacional brasileiro, parecem estar abrindo algumas brechas com experiências concretas de parceria, cedendo lugar para inovações colaborativas, negociadas coletivamente. O crescente reconhecimento de uma epistemologia assentada sobre pressupostos da prática profissional, pouco prestigiada em cursos de licenciatura ao longo do tempo, é o aspecto mais enfatizado nesse movimento emergente. Há aqui uma dimensão que se destaca: o professor vai aos poucos sendo compreendido e compreende-se como sujeito de sua formação, na condição de interlocutor qualificado da universidade na formação de profissionais do ensino e na produção de conhecimento educacional. Até então, quando acontecia de a academia se aproximar das escolas, observava-se que nesse movimento ela era mobilizada para dar respostas a problemas concretos do cotidiano escolar, geralmente por meio de “pacotes acadêmicos”. Essa perspectiva tradicional de integração da academia com a escola básica era movida antes com o objetivo de *resolver problemas para o professor* do que para valorizar processos reflexivos em colaboração, a partir das experiências docentes, enfim, dos saberes do profissional do ensino,

construídos na prática profissional. Esta discussão toma especial relevo quando se direciona para a educação do campo.

Um novo *profissionalismo docente* ou construção coletiva de uma *cultura profissional do professor* como sujeito de sua profissão, marcados pela cooperação, solidariedade e diálogo nas diferenças (gênero, raça, religião etc.), entre os profissionais do ensino, leva à necessidade de um engajamento cada vez mais crescente do magistério nas lutas por um maior reconhecimento público de seu trabalho na sociedade (Nóvoa, 1995). Trata-se de um outro *ethos profissional docente*. O pensar e fazer na profissão do ensino constituem faces de um complexo processo de socialização profissional. Essa discussão ganha impulso com os debates que se ocupam em pesquisar os saberes da prática pedagógica e suas repercussões no desenvolvimento profissional docente, na construção da identidade profissional do professor, notadamente do professor do campo. Como o trabalho colaborativo entre professores da escola básica, universidade e movimentos sociais do campo podem fortalecer as lutas por educação do campo?

### **Avaliando práticas concretas de parceria na formação de professores em uma universidade no Brasil**

A Universidade Federal do Espírito Santo - UFES implementou em 2001 o *Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia de 1ª a 4ª Séries na Modalidade Aberta e a Distância* em treze Centros Regionais de Educação Aberta e a Distância no interior do Estado do Espírito Santo. Num total de três entradas, formaram-se 6.152 professores. O currículo desse curso não atendeu às demandas dos estudantes (professores da Secretaria Estadual de Educação do ES e Secretarias Municipais de Educação). Ocorre que a maioria dos graduandos eram professores que atuavam em escolas de contexto campestre. Todavia, o projeto pedagógico do curso não contemplava discussões acadêmicas e práticas acumuladas sobre a problemática. De certa forma esta constatação demonstra a existência de um paradoxo, visto que a UFES já vinha desenvolvendo o *Curso de Pedagogia da Terra* (Foerster: 2004), que tinha como um dos principais objetivos a formação de educadores do campo para atuarem em assentamentos de reforma agrária.

#### ***a) Formação continuada de professores na Educação Campo: Tentativas preliminares***

A Secretaria Municipal de Educação de Laranja da Terra manifestou preocupação para o Centro de Educação da UFES sobre esta fragilidade no segundo semestre de 2005, partindo de dados locais sobre os impactos esperados em relação ao curso de pedagogia ofertado na modalidade aberta e a distância. As prefeituras dos municípios de Vila Pavão, Santa Maria de Jetibá e de Domingos Martins mostraram interesse em tomar parte da parceria que se iniciava. Encaminhamentos decorrentes dessa colaboração entre Universidade com aqueles órgãos da administração municipal, lançaram desafios para realização de diagnósticos e elaboração de projeto interinstitucional de formação continuada de professores do campo que haviam cursado a referida Licenciatura Plena em Pedagogia.

A “Formação Continuada de Professores do Campo: Interculturalidade e Campesinato em Processo Educativos” começa a ser elaborada e gradualmente implementada. Considerando a particularidade das comunidades atendidas por este projeto, foi dada especial atenção aos saberes campesinos e dimensão intercultural. Os municípios parceiros apresentam presença de comunidades pomeranas significativa, cuja economia está organizada a partir da agricultura familiar. Buscou-se dialogar com culturas dos demais grupos étnicos presentes nos respectivos municípios, o que lançou desafios para a abordagem intercultural. Como as culturas desses povos e respectivos territórios produzem a escola do campo?

Partindo de perspectivas interinstitucionais das políticas afirmativas para a inclusão social de grupos étnicos minoritários, há que se investir na formação de formadores para a educação de base de qualidade. A formação inicial e continuada dos professores que atuam em comunidades campesinas não atende satisfatoriamente às especificidades da educação do campo. A construção coletiva de uma educação do campo de qualidade (Foerste: 2006) apóia-se em pressupostos que requerem do professorado conhecimentos que favoreçam processos investigativos, de sistematização e análise de dados sobre realidades locais com vistas à valorização das identidades, culturas e traços sócio-lingüísticos dos grupos étnicos com os quais interage.

Ocorre que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB nº 9.394/1996 determina a obrigatoriedade da formação superior específica para atuar em magistério (educação básica). O referido curso de Licenciatura em Pedagogia possibilitou a um expressivo número de professores dos municípios capixabas formar-se na Universidade pública em nível de graduação. Contudo, por força de lei, era preciso atender às

demandas dos profissionais de ensino por formação continuada em nível de pós-graduação.

O curso de graduação de fato representou importante avanço no processo de profissionalização do magistério em terras capixabas, com impactos destacados nos contextos locais, sobretudo na região norte do Estado, onde o Índice de Desenvolvimento Humano - IDH e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB são muito baixos. Ressalta-se que em 50 anos de história da única Universidade pública neste Estado, esta constituiu-se como iniciativa ousada que possibilitou uma efetiva interiorização e descentralização dos programas de formação do magistério. O *currículo prescrito* da licenciatura em questão apresentou perfil generalista, não favorecendo ao professor dimensionar, a partir de seu contexto e trabalho, questões relacionadas ao modo de produção, cultura, etnia e bilingüismo, de forma desejável, para implementação de propostas educativas assentadas em pressupostos de sustentabilidade. O processo de socialização docente pressupõe práticas colaborativas (Foerste e Lüdke: 2004 e Foerste: 2002 e 2005), a partir das quais se estabelecem trocas de saberes entre segmentos institucionais diversos interessados no resgate da profissão docente. A colaboração é compreendida como parceria entre Universidade, Secretarias de Educação (Estadual e Municipais, estas articuladas pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME), organizações da sociedade civil (sindicatos, movimentos sociais), impulsionando a formação inicial e continuada do magistério.

A problemática investigada no “Projeto de Formação Continuada de Professores do Campo” definiu-se a partir de demandas de formação de professores para atuar em contexto campestre, que tem especificidades étnicas, culturais, bilingüismo e o modo de produção, como balizadores de uma proposta de educação de qualidade. Os objetivos da formação focavam a pesquisa, visto que buscava diagnosticar demandas de formação continuada junto a professores do campo em municípios do interior do ES. A formação possibilitou elaboração de material educativo que apresentou síntese do aporte teórico-prático que fundamenta discussões acerca da interculturalidade e educação do campo, voltado ao contexto capixaba. As temáticas discutidas envolveram três grandes eixos, a saber:

Educação do campo	Contextualização histórica das lutas por Educação do Campo. Políticas Públicas de Educação do Campo. Agroecologia e desenvolvimento sustentável. Propostas pedagógicas de Educação do Campo (Centros Integrados de Educação Rural - CIERS, Escolas Família Agrícola - EFAS, Movimento de Pequenos Agricultores - MPA, Movimento Sem Terra - MST, etc.).
Interculturalidade e interdisciplinaridade.	Interculturalidade e Multiculturalismo: definição de conceitos. Interdisciplinaridade. Aspectos históricos da Etnia Pomerana e Quilombola no Estado do Espírito Santo. Escolarização entre descendentes de diferentes etnias presentes nos municípios implicados. Leitura e escrita. Variedade e preconceito lingüístico, etnomatemática. Educação e meio ambiente.
O Projeto Político-Pedagógico	O Projeto-Pedagógico como Articulador das Ações de Ensino, Aprendizagem, e como Articulador da Comunidade e a Escola. Escolas em Comunidades campestres: especificidades na construção do conhecimento; O Projeto Político-Pedagógico como balizador das ações da comunidade escolar: interculturalidade e interdisciplinaridade.

Em 2008 este projeto piloto foi transformado em “Programa de Educação do Campo/UFES”, tendo já formado, em nível de aperfeiçoamento, cerca de 1000 profissionais do ensino. Contou com a colaboração de formadores da UFES e Secretarias Municipais de Educação dos Municípios parceiros. Consolidaram-se coordenações de educação do campo nos respectivos municípios. A participação de pós-graduando do Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação/UFES constitui importante contribuição. Todos os textos do material didático foram revisados por colaboradores, compilados posteriormente<sup>4</sup> e formatados graficamente<sup>5</sup>, resultando no “Caderno I de Formação de Professores do Campo”<sup>6</sup> e “Caderno II de Formação de Professores do Campo”. O material foi editado pela Editora do PPGE em parceria com Gráfica Universitária da UFES.

Desde as primeiras fases do desenvolvimento do projeto foram realizados encontros no Centro de Educação/UFES para estudos, planejamento e avaliação dos trabalhos desenvolvidos. Professores da Universidade, alunos de graduação e pós-graduação tomaram parte com interesse nesses encontros. Vale ressaltar a presença da Secretaria de

<sup>4</sup> Foram organizadores dos cadernos o Professor Dr Erineu Foerste/DLCE/UFES, Professora Dra Gerda Margit Schütz-Foerste/DLCE/UFES e Andréia Chiari Lins (mestranda/PPGE/UFES).

<sup>5</sup> O projeto gráfico foi realizado por Andréia Chiari Lins (mestranda/PPGE/UFES).

<sup>6</sup> Os textos do Caderno I foram agrupados em duas partes e nos anexos. A primeira parte é composta pelos textos do Módulo I e a segunda parte pelos textos do Módulo II. Os anexos agruparam os textos que compunham os respectivos anexos dos Módulos I e II.



Estado de Educação - SEDU, com contribuições significativas nos debates e encaminhamentos.

Os parceiros municipais e a SEDU destacam que este projeto de formação continuada de professores do campo apresenta importantes impactos no âmbito da educação campesina. Os trabalhos coletivos dos docentes é um aspecto relevante, uma vez que se constituíram grupos de estudos para encontros programados na Universidade e nos contextos locais, o que vem favorecendo reflexões com vistas à construção do projeto pedagógico de cada escola. Os professores reconhecem que os debates suscitados a partir do material de formação do curso sobre as especificidades curriculares na educação do campo são relevantes. É preciso que sejam consideradas pelos professores que trabalham em contextos campesinos, na medida em que se busca estimular discussões nas comunidades locais para implementar ações afirmativas de sustentabilidade de base agroecológica.

Realizaram-se seminários em Vitória e nas respectivas comunidades, entre os quais destaca-se o “I Seminário: Interculturalidade e Campesinato em Processos Educativos”, ocorrido no dia 24 de agosto de 2007 no Centro de Educação/UFES, com presença de cursistas de todos os municípios parceiros e convidados observadores de outros municípios, potenciais parceiros interessados em tomar parte do programa. A dinâmica do encontro possibilitou organização de mesas em que gestores locais apresentaram aspectos das práticas da educação do campo nos respectivos municípios. Promoveram-se relatos de experiências em que professores das redes municipais de ensino apresentaram suas experiências concretas como docentes da educação do campo. Em ambos os casos pesquisadores da universidade (professores e estudantes de graduação e pós-graduação) estabeleceram diálogos com diferentes contextos sociais, identificando problemáticas para aprofundamento de processos de investigação acadêmica.

A culminância deste projeto piloto apresentou para a UFES um documento assinado por autoridades municipais, professores e lideranças comunitárias ressaltando a importância do trabalho colaborativo realizado, bem como a necessidade de oferta de novos cursos (especialização) que possibilitassem aos professores e gestores locais realizarem estudos de pós-graduação na universidade.

***b) Curso de Especialização em Educação do Campo: Interculturalidade e Campesinato em Processos Educativos***

No ano de 2009 foi iniciado o “Curso de Especialização Lato Sensu em Educação do Campo: Interculturalidade e Campesinato em Processos Educativos” em parceria com a

Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação – SECAD/MEC, do sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB (total de 10 Polos UAB/ES, a saber: Afonso Cláudio, Aracruz, Domingos Martins, Mantenópolis, Nova Venécia, Piúma, Santa Leopoldina, Santa Teresa, São Mateus e Vargem Alta). Foi ofertado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo – PPGE/CE/UFES, para 350 professores do campo. Envolveu cerca de 30 professores da Universidade, 10 tutores EAD e 20 tutores presenciais.

Os cursistas da especialização foram em grande parte ex-alunos do Curso de Pedagogia EAD, ofertado pela UFES a partir de 2001, através do Núcleo de Educação Aberta e a Distância – NEAD/UFES e/ou tomaram parte da formação continuada de professores do campo, iniciada em 2005.

Elaboraram-se e publicaram-se (em suporte impresso e digital) cinco cadernos, aprofundando discussões teóricas e práticas da educação do campo a partir dos três eixos já discutidos no projeto piloto de aperfeiçoamento: pressupostos teóricos e práticos da educação do campo; interculturalidade e interdisciplinaridade; projeto político e pedagógico. Foi organizada a página de internet: [www.ce.ufes.br/educacaodocampo](http://www.ce.ufes.br/educacaodocampo) onde estão disponibilizados os textos que podem ser baixos livremente pelos interessados na problemática da educação do campo. Infelizmente não se avançou no propósito de publicar nesta página informações produzidas em colaboração entre a universidade e escolas sobre as redes municipais de educação e suas experiências concretas de educação junto às comunidades tradicionais dos contextos locais.<sup>7</sup>

Periodicamente foram realizados seminários regionais para discussão de temas relacionados aos eixos do estudo. As trocas de experiências passaram a representar importante soma na construção de novas perspectivas de Educação do Campo. Sobretudo, quando a realidade das escolas campesinas capixabas tem produzido experiências singulares na solução de problemas, as trocas passam a significar fator de multiplicação, ampliando grandemente o alcance das conquistas antes restritas a pequeno grupo. Isso se deve principalmente ao fato das Secretarias Municipais de Educação parceiras do Programa de Educação do Campo/UFES terem implementado coordenadorias locais de educação do campo com participação da universidade e

---

<sup>7</sup> Em 2012 foi publicado o livro “Educação do campo: diálogos interculturais em terras capixabas” pela EDUFES (Editora da UFES). Os textos foram produzidos pelos formadores do curso. Identificou-se analisou-se cerca de uma dezena de experiências concretas de educação do campo no ES. Em um próximo passo objetiva-se publicar na referida página de internet os trabalhos de conclusão dos cursistas.

movimentos sociais, objetivando a construção coletiva do projeto político e pedagógico da educação do campo.

Os encontros para troca de experiências e de estudo possibilitaram a quebra de preconceitos, como no caso da aproximação dialógica de professores de classes multisseriadas, monitores de escolas família, professores de escolas agrotécnicas, professores de comunidades indígenas, professores de comunidades quilombolas, professores de comunidades pomeranas, professores de escolas de assentamento do Movimento Sem Terra - MST, entre outros.

Em novembro de 2010, os grupos de formação continuada participaram do II Seminário de Educação do Campo, no Teatro Universitário da UFES. Apresentaram resultados de seus projetos de intervenção relacionados aos eixos temáticos (educação do campo, interculturalidade, interdisciplinaridade etc.), sendo avaliados por banca examinadora. Este seminário representou a culminância de dinâmico e intenso trabalho nos pólos e respectivos grupos de estudo nas Secretarias Municipais de Educação. Esses encontros foram considerados como importante fator de mobilização política dos professores do campo. Envolveram pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação da Universidade, formadores nos pólos, equipes coordenadoras das Secretarias Municipais de Educação e da Secretaria de Estado de Educação do ES, professores do campo de modo geral e lideranças de movimentos sociais. Os parceiros reconhecem que este tipo de trabalho interinstitucional fortalece práticas e laços de cooperação entre Prefeituras, Estado, movimentos sociais, Universidade e, sobretudo, escolas de ensino básico.

Equipes pedagógicas das respectivas secretarias municipais de educação, especialmente os professores do campo que tomaram parte do Programa de Educação do Campo/UFES (cursos de aperfeiçoamento e curso de especialização), avaliaram com muita propriedade os trabalhos desenvolvidos até o momento. Afirmaram que a consolidação da prática de pesquisa e da formação continuada na perspectiva interinstitucional não só favorece o processo de socialização profissional docente, como também fortalece a construção coletiva da escola pública de qualidade para todos.

### **Programa Educação do Campo/UFES: Possibilidades e limites**

O programa atende até o momento em média a 48 municípios do total de 78 municípios capixabas. A realidade é campesina e na sua grande maioria os professores consideram-se profissionais do ensino no campo. Cerca de 20% dos professores residem no campo e

trabalham em escolas localizadas na assim chamada zona rural, conforme critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Os grupos de estudos no âmbito do Programa de Educação do Campo/UFES consideram que no caso do Estado do ES praticamente somente a região metropolitana de Vitória não apresenta um processo produtivo tipicamente campesino. Consideram então que o desafio da construção da escola do campo no caso do ES diz respeito a todos os municípios. As escolas em que atuam os professores em processo de formação continuada, conforme podemos verificar no gráfico que segue, residem em diferentes espaços, mas todos são sujeitos históricos em uma mesma realidade, isto é, o mundo campesino. Do total de 350 cursistas foi tomada uma amostragem de 133 professores.



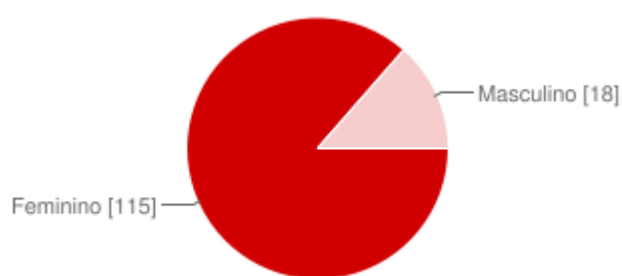
Na sede do município	<b>30</b>	21%
Em distrito/comunidade do município	<b>40</b>	28%
Em propriedade rural	<b>39</b>	27%

Participam em grande parte da formação mulheres de aproximadamente 20 a 40 anos, conforme verificamos no gráfico e tabela que seguem.

Na avaliação encaminhada pelos grupos, destacamos a importância do curso no resgate da auto-estima e na socialização profissional dos professores, conforme este relato: *“Acreditamos que esse Projeto foi de grande valia para o desenvolvimento intelectual de nós professores. Enfatizamos que esta afirmação baseia-se nos assuntos que foram contextualizados nas diversas reuniões que tivemos com o objetivo de concluir esse curso de Formação Continuada”*.

Por se tratar em boa parte de formação de professores contratados pelas Secretarias Municipais de Educação, sendo muitos dos formadores membros das equipes locais das Secretarias Municipais de Educação, os docentes-cursistas aderiram inicialmente de

maneira explícita ao curso para obter certificação pela Universidade e conseqüente progressão profissional. Contudo, as discussões diferenciadas, propostas a partir de temas especialmente relacionados ao modo de produção campestino e questões sobre interculturalidade, sustentabilidade e agroecologia redimensionaram as expectativas e o debate, visto terem relação com a realidade em que atuam. Na avaliação dos gestores municipais esta questão é assim analisada: *“De início, os cursistas perceberam que muitos de nossos docentes faziam o curso somente como forma de se obter mais um certificado, que simplesmente serviria para enobrecimento de sua carreira profissional. No entanto, com o desenrolar do curso, verificamos que muitos docentes verdadeiramente se interessaram pelos assuntos discutidos e, conseqüentemente, esse interesse motivou a necessidade de pesquisa para aprofundamento teórico e prático. Foi, então, que surgiram debates e discussões para que pudéssemos chegar a um consenso mínimo para a construção do PPP da educação campo”*. (Avaliação da SEMED de Vila Pavão).



De 20 a 30 anos	<b>40</b>	28%
De 31 a 40 anos	<b>61</b>	43%
De 41 a 50 anos	<b>29</b>	20%
De 51 a 60 anos	<b>3</b>	2%
Mais de 61 anos	<b>0</b>	0%

Experiências inovadoras foram compartilhadas entre as Secretarias Municipais de Educação e equipes da Universidade. Como um dos exemplos, destaca-se a criação dos Centros Municipais de Educação Agroecológica de Vila Pavão, situados em três regiões estratégicas de produção da agricultura familiar (Praça Rica, Córrego do Quinze e Todos os Santos). No início de 2009 foi criado o Departamento de Educação do Campo na Secretaria Municipal de Vila Pavão. Em Domingos Martins, além do fortalecimento da coordenação da educação do campo, foram inicialmente organizados três pólos de

formação continuada de professores do campo (nos distritos de Ponto Alto, Aracê e Biriricas) dada a grande procura por formação continuada por parte dos professores. Laranja da Terra e Santa Maria de Jetibá reeditaram o curso, estendendo a formação para a totalidade dos professores da rede municipal. As Secretarias Municipais de Educação promoveram discussões e muitas implementaram coordenações específicas de educação do campo.

As discussões sobre educação do campo são urgentes, visto que os professores acumularam saberes a partir das práticas e necessitam socializar suas problemáticas, na busca de aprofundamento teórico e prático. As práticas colaborativas a partir do trabalho interinstitucional mostraram a importância da construção coletiva de propostas viáveis a problemas enfrentados pelos professores do campo, em diferentes contextos regionais do ES. Expuseram a fragilidade da formação inicial das equipes de profissionais do ensino e formalizaram demandas de formação continuada. Sobretudo, o Programa de Educação do Campo/UFES fortaleceu a necessidade da busca pela qualificação docente voltada à realidade campesina. Os professores querem e reivindicam formação de qualidade que respeite saberes locais, ao mesmo tempo em que viabilizem políticas públicas de valorização da profissão docente. Especialmente, rompendo com estereótipos e preconceitos que marginalizam culturas, identidades e saberes do homem do campo. O trabalho interinstitucional favoreceu problematização e possível quebra de perspectivas educacionais etnocêntricas e excludentes, quando professores que atuam em comunidades pomeranas em específico (Domingos Martins, Vila Pavão, Laranja da Terra, Santa Maria de Jetibá) desafiaram-se a construir projetos políticos e pedagógicos de educação intercultural em contextos campesinos diferenciados. Trata-se de uma prática pedagógica que se deixa desafiar pela descoberta dos saberes da terra, da educação do campo como práxis de humanização da terra e dos sujeitos históricos. A educação como *poiesis*, conforme já discutimos em outro lugar (Foerster: 2008), problematiza o currículo na sua base como conhecimento universal, que nega os chamados saberes não sistematizados pela ciência.

### **Algumas considerações para continuidade das pesquisas**

A partir das ações desenvolvidas pelo Programa de Educação do Campo/UFES, houve oportunidade para discutir aspectos das lutas dos trabalhadores do campo como sujeitos de direito. Aprofundaram-se abordagens sobre povos, territórios, sustentabilidade,

saberes da terra, culturas e identidades campesinas, movimentos sociais, objetivando a construção coletiva de uma escola pública de qualidade para todos.

*“Nas comunidades campesinas identificam-se dogmas, mitos, tabus e ideologias. Alguns já foram derrubados, outros persistem como verdades absolutas. Nesse sentido, acreditamos que o maior tabu que essa formação continuada através da parceria interinstitucional aniquilou foi o preconceito contra os trabalhadores sem-terra e outros movimentos sociais campesinos. Pois, anteriormente eles eram vistos como baderneiros, assassinos, entre outros adjetivos pejorativos. Tivemos oportunidade para derrubar a ideologia de que a educação da cidade é melhor que a educação em contextos campesinos. Ora, vimos que é realmente possível termos uma educação de qualidade no campo e esta educação do campo precisa ser peculiar, precisa valorizar o que o campo tem de melhor, e precisa, principalmente, mostrar que é possível, sim, viver no campo, viver do campo e ter orgulho disso (Depoimento de Educador do Campo Cursista de Laranja da Terra.”*

O Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo consolidou trabalhos colaborativos interinstitucionais de pesquisa, extensão e ensino ao trabalhar a problemática da educação em contextos campesinos. Essa perspectiva de produção acadêmica favoreceu a criação do *Programa de Educação do Campo/UFES*, que hoje oferece cursos de extensão e pós-graduação na formação continuada de professores que atuam na educação do campo.

Na fala de um educador do campo cursista de Domingos Martins apresenta-se uma desafiadora questão para aprofundamento de processos investigativos acadêmicos, sobretudo no que se refere à construção coletiva do projeto político e pedagógico da educação do campo: *inicialmente a dificuldade maior era de mudar a idéia de que a educação do campo não era inferior, mas era uma proposta de ensino construída coletivamente, a partir das culturas e saberes da terra. Ela é válida e de suma importância para a realidade dos sujeitos que vivem no campo e cidades.*

Um limite a ser vencido é o baixo acesso a direitos sociais das pessoas que vivem no campo, entre os quais se destaca a educação pública de qualidade para todos. Faltam políticas no sentido de apoiar aos agricultores que vivem no campo e do campo. Referimo-nos a políticas que aumentem a produção agroecológica da agricultura familiar, garantindo sua sustentabilidade. Há que se implementar ações no sentido de garantir infra-estrutura ao homem do campo para impulsionar o processo produtivo agroecológico

e comercialização da produção. Este também é um problema que afeta a escola do campo.

È válido destacar que a Lei Orgânica Municipal de Laranja da Terra aprovada em 1990 garante em seu Artigo 158, que pelo menos 10% (dez por cento) dos recursos financeiros do município deveriam ser aplicados na agricultura familiar. No ano posterior, no entanto, o referido artigo foi modificado, sendo que o percentual a ser aplicado no setor passou a ser de acordo com a vontade do poder executivo, isto é, de 01 (um por cento) a 10% (dez por cento) do total da arrecadação. Essa alteração representa perda de direito já conquistado anteriormente. É nesse contexto que se realizam embates neste município em particular por uma educação do campo diferenciada.

A fragilidade das políticas públicas em relação à carreira dos profissionais do ensino é considerada uma questão problemática, que dificulta o trabalho docente na educação do campo. Não são feitos concursos públicos há muitos anos. Isso significa na prática que o contrato de trabalho dos professores se dá em caráter precário, não garantindo estabilidade profissional. A cada novo ano o vínculo com o município se encerra. Os docentes iniciam o ano não sabendo ao certo se o contrato será renovado. Na verdade as escolas acabam também não consolidando projetos políticos e pedagógicos, uma vez que as equipes de trabalhadores do ensino nas escolas são praticamente renovadas anualmente. Além disso, não se consolida a gestão democrática da escola (não há eleição para diretores, por exemplo). Como construir uma escola pública de qualidade para todos se os professores não contam com estabilidade em suas carreiras?

Avaliações preliminares da parceria na formação continuada de professores do campo constataram que as metas vêm sendo alcançadas com êxito. Os trabalhos estão sendo desenvolvidos de forma a possibilitar práticas colaborativas na perspectiva interinstitucional (Foerste: 2002 e 2005; Foerste e Lüdke: 2003), com trocas significativas de saberes entre as escolas, a academia e movimentos sociais. Trata-se de prática dialógica e colaborativa (Bakhtin: 1991; Freire: 1978 e 1996), construída na diferença.

Considerando a particularidade e complexidade que envolve o presente programa (sobretudo com adesão crescente de secretarias municipais e movimentos sociais); e o exíguo espaço de tempo, para se desenvolver trabalho tão abrangente e multifacetado, compreendemos que as metas vêm sendo alcançadas com êxito, objetivando o fortalecimento do processo de profissionalização docente e construção de projetos



diferenciados de educação do campo em contextos campestres específicos, em diferentes regiões do Estado do Espírito Santo. A construção coletiva de uma escola pública de qualidade pressupõe trabalho interinstitucional, em que as comunidades tradicionais do campo em diálogo com a universidade e diferentes esferas do poder público mobilizam esforços para a construção de projetos políticos e pedagógicos interculturais.

### **Bibliografia**

- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. São Paulo: Huicitec, 1991.
- BOHNSACK, Ralf. **Rekonstruktive Sozialforschung; Einführung in qualitative Methoden**. Berlin: Opladen, 2003.
- FICHTNER, Bernd (Hrsg.). **Kinder und Jugendliche im Blick qualitativer Forschung; Kulturhistorische Schule, Phänomenologie und Ethnographien Brasilien und Deutschland**. Oberhausen: Athena, 2003.
- FLICK, Uwe. **Qualitative sozialforschung: eine Einführung**. Hamburg, Rowohlt, 2010.
- FOERSTE, Erineu. Discussões acerca do projeto político de educação do campo. *In.*: FOERSTE, Erineu, SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit, SCHNEIDER, Maria Laura D. (Orgs.). **Por uma educação do campo**, Vitória/Brasília: UFES/PRONERA, 2008.
- \_\_\_\_\_. Formação de professores: *protoparcerias* no Brasil (anos 50 e 60). *In.*: FOERSTE, Erineu. **Parceria na formação de professores: do conceito à prática**. Rio de Janeiro: PUC-Rio (tese), 2002, pp. 105 – 130.
- \_\_\_\_\_. **Parceria na formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2005.
- FOERSTE, Erineu e LÜDKE, Menga. Avaliando experiências concretas de parceria na formação de professores. **Avaliação/Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior – RAIES**, v. 8, n. 4, pp. 163 – 182, dez. 2003.
- FOERSTE, Erineu *et al.* **Pedagogia da Terra – Uma avaliação da experiência da Universidade Federal do Espírito Santo (Relatório Final de Pesquisa)**. Vitória/Brasília: PPGE-UFES/PRONERA-INCRA, 2004, 93p.
- FOERSTE, Erineu e SCHÜTZ-FOERSTE, Gerda Margit. Qualitative Sozialforschung über die Bildung auf dem Land in Brasilien. **In: Binational conference on Subject constitution and inclusion**. Siegen/Vitória/São Paulo, INEDD/PPGE – UFES/PPGE – USP, 2011, pp. 1-13.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.
- \_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MERLER, Alberto; CALIARI, Rogério; FOERSTE, Erineu (orgs.). **Educação do campo: diálogos interculturais em terras capixabas**. Vitória: EDUFES, 2012.

NÓVOA, António. Formação de Professores e Profissão Docente. In: **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Instituto de Inovação Educacional, 1995. p. 14-31

TARDIF, Marice *et al.* **Formação de professores e contextos sociais: perspectivas internacionais**. Porto: Rés-editora, 2001.